

## **O Estado moderno e a Divisão de poderes**

### **Montesquieu: a autonomia dos poderes**

Montesquieu (1689-1755), recebeu formação iluminista. Na sua obra mais importante, O espírito das leis, trata das instituições e das leis, e busca compreender a diversidade das legislações existentes em diferentes épocas e lugares. Montesquieu desenvolve alentada teoria do governo que alimenta as ideias fecundas do constitucionalismo, pelo qual a autoridade é distribuída por meios legais. de modo a evitar o arbítrio e a violência. Essa ideias encaminham-se, com Montesquieu, para a melhor definição da separação dos poderes, ainda hoje uma das pedras angulares do exercício do poder democrático. Montesquieu conclui que "só o poder freia o poder", daí a necessidade de cada poder: executivo, legislativo e judiciário - manter-se autônomo e constituído por pessoas diferentes.

A concepção de Montesquieu influenciou a redação do artigo 16 da Declaração dos direitos do homem e do cidadão, de 1789: "Toda sociedade em que não for assegurada a garantia dos direitos e determinada a separação dos poderes não tem Constituição". É bem verdade que a proposta da divisão dos poderes ainda não se encontrava em Montesquieu com a força e a clareza que se costumou posteriormente lhe atribuir. Em outras passagens de sua obra, Montesquieu não defende uma separação tão rígida, pois o que ele pretendia de fato era realçar a relação de forças e a necessidade de equilíbrio e harmonia entre os três poderes.

“Em 1968, durante a ditadura militar no Brasil, no governo do general Arthur da Costa e Silva, foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O Congresso foi fechado por tempo indeterminado e os direitos políticos foram suspensos, além de ter sido implantada rigorosa censura. Tratava-se do controle do Poder Executivo sobre os outros poderes, o Legislativo e o Judiciário.”